

Ana Paula Pavanini Navas

SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS PELA INADIMPLÊNCIA DE MULTA PENAL

**Consequências da Suspensão e
Dificuldade em Restabelecimento**

**Uma Análise Doutrinária, Jurisprudencial,
Institucional e Estatística sobre Mais de
20 mil Processos de Extinção de Punibilidade**

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9105-5

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

1159-874

Navas, Ana Paula Pavanini.

N322 Suspensão de direitos políticos pela inadimplência de multa penal: consequências da suspensão e dificuldade em restabelecimento./ Ana Paula Pavanini Navas./ Curitiba: Jurua, 2019.

158p.

1. Direitos políticos – Suspensão. 2. Multas. 3. Processo penal. I. Título.

CDD 342.07 (22.ed)

CDU 342.81

0 0108

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS, TABELA E FIGURA.....	17
INTRODUÇÃO.....	19
1 DA METODOLOGIA, DO PROCESSO DE PESQUISA E DO MARCO TEÓRICO.....	23
2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, CIDADANIA E DIREITOS POLÍTICOS NA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL DO BRASIL.....	37
2.1 MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS DA SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	51
2.2 REFLEXOS DA SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS, EM VIRTUDE DE CONDENAÇÃO CRIMINAL, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE DEMAIS DIREITOS FUNDAMENTAIS E AUSÊNCIA DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	58
3 “PENHA” DE MULTA APLICADA EM SEDE DE AÇÃO PENAL.....	73
3.1 MULTA “PENAL” OU DÍVIDA DE VALOR. UM OLHAR PELA CRIMINOLOGIA CRÍTICA. UMA QUESTÃO DE POLÍTICA CRIMINAL	82
3.2 POSIÇÃO DAS CORTES SUPERIORES A RESPEITO DA MULTA APLICADA EM SEDE DE AÇÃO PENAL, EM ESPECIAL O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	89
3.3 PRESCRIÇÃO DA MULTA. É POSSÍVEL?.....	99
3.4 HERMENÊUTICA, INTERPRETAÇÃO E O CENÁRIO DESEJADO CONSOANTE A FUNÇÃO POLÍTICA DO DIREITO.....	102

4 DA ANÁLISE DOS DADOS FORNECIDOS E DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA	117
4.1 MULTA INADIMPLIDA COMO CAUSA DE NÃO RESTABELECIMENTO DE DIREITOS POLÍTICOS	118
4.1.1 Comunicações de Extinção de Punibilidade que Geraram Anotação de Condenação	119
4.1.2 Informação Acerca da Prescrição da Multa	122
4.2 ANÁLISE DAS PENAS E REGIMES DE CUMPRIMENTO INFORMADOS NO CAMPO CORRESPONDENTE À PENA IMPOSTA	125
4.2.1 Não Restabelecimento de Direitos Políticos Justificado pela Ausência de Pagamento da Multa, mas Sem Informação de Multa na Pena Imposta	127
4.3 DO TIPO E DO REGIME DE CUMPRIMENTO DAS PENAS.....	128
4.4 DO ANTES E DEPOIS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 0604343-88/DF	131
4.5 DO NÍVEL DE CONFIANÇA DA PESQUISA QUANTITATIVA..	133
4.6 DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA COM BASE NA INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS, DA DOCTRINA, DO POSICIONAMENTO DAS CORTES SUPERIORES E DOS DADOS APRESENTADOS	135
CONCLUSÃO	139
REFERÊNCIAS	141
ANEXO	145
ÍNDICE REMISSIVO.....	147